

Autor da idéia diz que ministro foi inábil

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

O projeto de conversão de parte da dívida externa em bônus tornou-se impraticável quando o ministro Bresser Pereira tentou impor aos banqueiros internacionais o deságio de 30%. Essa crítica foi feita ontem, no Rio, pelo autor da idéia que deu origem a esse projeto, o ex-executivo do Chase Manhattan Bank, Joedir Amorim de Sá, alegando que sua proposta não pressionava os bancos quanto ao deságio, vantagem essa que poderia ser obtida nas negociações de taxas de juros e prazos.

Joedir Amorim de Sá, por intermédio do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, encaminhara essa proposta e recebera do ministro Bresser Pereira a resposta que ela tinha sido incorporada ao Plano Macroeconômico. Segundo ele, a proposta original tinha sido analisada por vários bancos estrangeiros.

Para Joedir Amorim de Sá, consultor de vários bancos estrangeiros no Brasil, essa proposta que poderia trazer uma redução imediata da dívida externa brasileira, readequando-a a nossa capacidade de solvência, sem prejuízo do desenvolvimento econômico, pode estar sendo inutilizada pela forma inábil com que o ministro Bresser Pereira a apresentou ao secretário do Tesouro, James Baker III.



Carlos Chicarino

Joedir: ministro quis impor deságio

O financista afirma que o ministro Bresser Pereira não podia ter explicitado o deságio, modificando a proposta inicial. Somente quem tem dinheiro na mão pode beneficiar-se do deságio, comprando à vista os títulos no mercado, e isso está sendo feito pelos grandes bancos americanos, que estão adquirindo títulos da dívida brasileira dos pequenos e médios bancos e irão exercer maior pressão sobre o Brasil nas próximas negociações, em sua opinião.

No projeto original, seria montada toda uma engenharia financeira para embutir taxas de juros fixas e prazos que representariam ganhos

para as duas partes sem pressionar os banqueiros e sem constrangimentos para ambas as partes. Segundo Joedir Amorim de Sá, sua proposta tinha sido montada atendendo aos requisitos básicos exigidos pelos banqueiros internacionais. Na opção do ex-executivo do Chase, a dívida mundial beira hoje US\$ 1 trilhão e não pode ser paga nem o banqueiro quer que ela acabe, pois vive de juros. Quer receber os juros e, depois de um certo período, o principal apenas para constar, porque simultaneamente reempréstia esse dinheiro. Esse mundo ideal está mudando e os banqueiros sabem disso, procurando inovações e saídas que permitam a convivência.

Outro aspecto assinalado por Joedir Amorim de Sá é que o Brasil é a oitava potência mundial e está negociando sua dívida externa como se fosse um país africano inexpressivo. Fundamentalmente, sua proposta buscava ser discutida e votada pelo Congresso Nacional que aprovaria uma lei da dívida internacional brasileira e a emissão de bônus. Essa lei garantia à comunidade financeira internacional que toda a sociedade brasileira, e não apenas um governo transitório, se compromete a honrar o compromisso.

Quanto a esse último ponto, lembrou que muitos bancos no Exterior contrataram empréstimos com bancos brasileiros em situação duvidosa, como Auxiliar, Comind, Brasilinvest, com spreads e comissões altíssimas, sabendo que o Banco Central assumiria posteriormente essa dívida.

Basicamente, sua proposta é de que o presidente Sarney encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacio-

nal, autorizando o Tesouro Nacional a emitir o montante de US\$ 50 bilhões 760 milhões em títulos da dívida internacional do Brasil, com vencimento em 22 anos. Isso representa a imediata redução da dívida para 53% e traria maior independência ao Brasil em face das flutuações de taxas de juros no mercado norte-americano, cuja tendência é de alta acompanhando as incertezas do mercado do petróleo.

Esses 47% da dívida brasileira emitidos em bônus seriam 50% em dólar e 50% na moeda de outros países credores, permitindo uma geração de caixa imediata aos banqueiros internacionais de 37,66%.

Esses bônus, com vencimento até o ano de 2.007, com juros fixos pela média dos últimos 20 anos, permitiriam aos bancos ter um ativo comercializável, além de estimular o comércio internacional, já que poderiam ser trocados em pagamento de produtos brasileiros ou negociados entre exportadores e importadores de outros países. Joedir Amorim de Sá é contra a conversão da dívida em capital de risco porque isso poderia representar a desnacionalização da economia.

Sua proposta para a dívida externa apresenta uma contrapartida também para o problema da dívida interna que implicaria na transformação dela no montante de 35% em bônus dolarizados, em condições semelhantes às estabelecidas para a dívida externa, para colocação no mercado interno. O remanescente de 65% seria convertido em bônus em cruzados, com prazos dilatados de cinco a 12 anos, podendo ser utilizados como caução e pagamento de impostos.

Rio/Agência Estado